

Hegemonia em verbete

Investida sobre os cadernos especiais n° 12 (1932) e n° 22 (1934) de Antonio Gramsci

Júlio César Apolinário Maia¹ 
Universidade Estadual de Goiás, UEG

Resumo: O artigo objetiva investigar a apropriação da metáfora maquiaveliana (a marca de Maquiavel) no entorno dos Cadernos do Cárcere n° 12, a partir dos temas intelectuais e o princípio educativo, e n° 22, a partir do tema americanismo e fordismo. Se fragmenta em três distintas seções. Uma primeira dedicada à apresentação da relação entre a marca de Maquiavel e o conceito de hegemonia na produção gramsciana. Uma segunda que se detém ao caráter filológico (datações, coincidências entre o tempo histórico da apropriação da marca de Maquiavel por parte de Gramsci e tempo histórico da produção dos Cadernos n° 12 e n° 22). E uma terceira que trata da investigação da categoria hegemonia no entorno dos referidos Cadernos.

Palavras-chave: Gramsci; Maquiavel; Intelectuais; Princípio educativo; Americanismo e fordismo.

Hegemony in entry

Invested on special notebooks n. 12 (1932) and n. 22 (1934) by Antonio Gramsci


Abstract: This article aims to investigate the appropriation of the Machiavellian metaphor (Machiavelli's mark) in Prison Notebooks n. 12, based on intellectuals and the educational principle themes, and n° 22, based on Americanism and Fordism theme of. It is divided into three distinct sections. The first one is dedicated to the presentation of the relationship between Machiavelli's mark and the concept of hegemony in Gramscian production. A second one is concerned with the philological character (dates, coincidences between the historical time of Gramsci's appropriation of Machiavelli's mark and the historical time of the production of Prison Notebooks n. 12 and n. 22). And a third investigates the hegemony category in these Prison Notebooks.

Keywords: Gramsci; Machiavelli; Intellectuals; Educational principle; Americanism and fordism.

Hegemonía en la entrada

Invertida en cuadernos especiales n° 12 (1932) y n° 22 (1934) de Antonio Gramsci

Resumen: El artículo tiene como objetivo investigar la apropiación de la metáfora maquiavélica (marca de Maquiavelo) en el entorno de Cuaderno de la Cárcel n. 12, con base en temas intelectuales y el principio educativo, y

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí (UFG-REJ). É professor na Unidade Universitária de Itumbiara da Universidade Estadual de Goiás (UEG-UnU Itumbiara) e integra os seguintes grupos de estudo e/ou pesquisa: Corpo e Mente - Grupo de Pesquisa sobre Formação e Intervenção Profissional em Educação Física (UEG); Germinal - Sociedade, Cultura e Formação Humana (Universidade Federal de Jataí [UFJ]); Gramsci e Educação (Universidade Federal Fluminense [UFF]) e; Ler Gramsci para Pensar a Política e a Educação (LeGramPE) (UFG),  ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7162-2136>, e-mail: jcesarm@outlook.com.

n. 22, con base en el tema del americanismo y el fordismo. Se divide en tres secciones diferenciadas. La primera está dedicada a la presentación de la relación entre la marca de Maquiavelo y el concepto de hegemonía en la producción gramsciana. Una segunda se refiere al carácter filológico (fechas, coincidencias entre el tiempo histórico de la apropiación de la marca de Maquiavelo por parte de Gramsci y el tiempo histórico de la producción de los Cuadernos n. 12 y n. 22). Y una tercera que se ocupa de la indagación de la categoría de hegemonía en el entorno de los citados Cuadernos.

Palabras-clave: Gramsci; Maquiavelo; Intelectuales; Principio educativo; Americanismo y fordismo.

1 INTRODUÇÃO

É possível dizer que o curso epistolário, científico e jornalístico de Antonio Gramsci (1891-1937) se debruça sobre o estudo da consolidação de processos de hegemonia². A interpretação da metáfora maquiaveliana do centauro Quíron – observada nas notas que versam sobre Maquiavel e o Estado³ – enquanto expressão do percurso metodológico de Gramsci durante os sucessivos processos de análises e sínteses que perpassaram o processo de escrita dos Cadernos do Cárcere⁴, é evidência clara da importância depositada sobre a categoria hegemonia em seu pensamento⁵.

Tal metáfora parte da “dupla perspectiva”, por Gramsci (2017, Q 13 [1932-34], p. 1576) apanhada da ação política e da vida estatal, encarnada pela relação dialética dos elementos consenso e coerção. Estendendo o sentido dialético desses elementos às relações entre ferino e humano, violência e civilidade, tática e estratégia, agitação e propaganda etc.⁶,

² Cf., sobre tal, Cospito (2017) e Liguori (2017).

³ Cf. § 1, 3, 5, 9, 13, 14, 16, 20, 21 e 25 do Caderno Especial nº 13 (GRAMSCI, 2017 [1932-34], Q 13, p. 1553-1652). A metáfora maquiaveliana do centauro Quíron poder ser literalmente verificada na altura do § 14 (não intitulado) desse caderno, como apresentado adiante. Vale mencionar que tal metáfora, originalmente apresentada por Nicolau Maquiavel, é própria do capítulo 18 d’O Príncipe, intitulado “De que modo devem os príncipes manter a palavra dada” (MAQUIAVEL, 2001 [1532], p. 83-86). Aproximações entre essa metáfora e a concepção gramsciana de hegemonia podem servir de amparo às teses que interpretam o “Príncipe Moderno” como própria encarnação teórico-prática da obra maquiaveliana por parte de Gramsci. Sobre isso cf. Thomas (2013; 2015; 2020).

⁴ Doravante “Q”.

⁵ Cf., por exemplo, a interpretação de Thomas (2015) sobre o “mapa cognitivo” para a manifestação do “Príncipe Moderno” nos Q escritos por Gramsci após 1932: “[...] os cadernos especiais precisam ser entendidos como um processo de realização dramática e concreta das formas possíveis de um aparato proletário hegemônico. Em suma, são formas de ‘encenação’ do Príncipe Moderno, ele próprio concebido como nova encenação do gesto crítico de Maquiavel: as formas da ‘fantasia concreta’ na qual classes subalternas podem se reconhecer e, assim, compreender o segredo de seu próprio poder constituinte” (p. 453, tradução própria).

⁶ Izzo (2021) auxilia ainda, no que tange a particularidade da extensão do sentido dialético contido nessa “dupla perspectiva”, quando aproxima a fórmula “Príncipe Moderno”, à frente comentada, desta definição: “[...] exemplo perfeito de ‘manifesto político’, mas também do *Manifesto do Partido Comunista* ou do *O que fazer?* de

Gramsci (2017, Q 13 [1932-34], p. 1576) conclui o raciocínio do § 14 desta maneira: quanto mais o elemento coerção se apresenta imediato e elementar, tanto mais longínquo se posta o elemento consenso, que tendencialmente se depara com a complexificação dos valores humanos e encontra dificuldades para ser afirmado por um determinado grupo social⁷.

A carência de sincronia entre os dois elementos constitutivos da “dupla perspectiva”, consenso e coerção, e do contrário a relação dialética entre ambos, são pistas deixadas por Gramsci (2017, Q 13 [1932-34], p. 1576) para a respectiva compreensão de processos de crise e de consolidação de hegemonias⁸. Desse ponto de vista podem ser observados, por exemplo, diferentes objetos de estudo constitutivos de seu “plano pré-estabelecido de escrita”, de seus “temas principais para consolidação de notas e apontamentos” ou ainda de seus “agrupamentos de matéria”⁹.

Não por acaso os objetos de estudo de Gramsci estabelecem importantes relações com a categoria hegemonia: a inquietação a respeito de como, no âmbito da história das diversas organizações sociais e seus respectivos empenhos na consolidação de processos hegemônicos, equacionaram-se doses de consenso e coerção, é o que garantia ao teórico sardo suficiência de forças intelectuais na condução da luta pela superação da hegemonia dos grupos sociais dominantes.

Se, como considera Thomas (2013; 2015; 2020), os 19 Q (do total de 29, excetuando 3 outros Q de tradução que totalizam 32) dedicados por Gramsci após o mês de maio de 1923 podem ser entendidos como “mapa cognitivo” para a manifestação da síntese “Príncipe Moderno”, isto é, para a encarnação teórico-prática da obra de Maquiavel e, portanto, da

Lênin, uma vez que procura fundir de forma magistral ciência e ideologia, teoria e prática, lógica e paixão numa síntese que pressiona àqueles cuja ação é dirigida” (p. 176).

⁷ No tocante à encarnação teórico-prática da obra maquiaveliana com ênfase na síntese gramsciana “Príncipe Moderno”, a mesma conclusão pode ser vista na seguinte passagem do capítulo 18 d’O Príncipe: “Visto que um príncipe, se necessário, precisa saber usar bem a natureza animal, deve escolher a raposa e o leão, porque o leão não tem defesa contra os laços, nem a raposa contra os lobos. Precisa, portanto, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos. Os que fizerem simplesmente a parte do leão não serão bem-sucedidos” (MAQUIAVEL, 2001 [1532], p. 84).

⁸ Cf., sobre tal, Filippini (2017).

⁹ Cf. os seguintes escritos: i) cartas carcerárias de 19 de março de 1927 e 24 de fevereiro de 1929, endereçadas à Tania (Tatiana Schucht) (GRAMSCI, 2005 [1927], p. 127-31; 328-32); ii) Seção introdutória do Q 1, “*Note e appunti?*” (GRAMSCI, 2017 [1929-30], Q 1, p. 5) e; iii) Seção introdutória do Q 8, “*Note sparse e appunti per una storia degli intellettuali italiani?*” (especificamente “*Appendici: Americanismo e fordismo?*”) (GRAMSCI, 2017 [1931-32], Q 8, p. 936). As citações diretas deste parágrafo, referenciadas na presente nota, contêm traduções próprias.

representatividade da metáfora maquiaveliana do centauro Quíron como percurso metodológico das reflexões sobre a consolidação de hegemonias e, especialmente, do processo hegemônico representativo dos interesses subalternos, muitos dos temas por ele estudado nesse intervalo (1932-35) merecem ser investigados.

Tomando-se a categoria hegemonia como ponto nevrálgico da investigação iniciada por Gramsci a partir do intervalo mencionado, o presente arrazoado acredita estar contribuindo para o estudo da manifestação do “Príncipe Moderno”, bem como para a reflexão sobre processos de consolidação de hegemonias, no entorno da produção madura deste intelectual. Se tal categoria expressa a metáfora maquiaveliana do centauro Quíron, na medida em que na acepção de Maquiavel (2001 [1532], p. 83) os “gêneros de combate” leis e força (ou ainda humano e animal) próprios da natureza principesca representam, respectivamente, o ímpeto do consenso e da coerção, estudá-la pode, além de ser ponto de partida para uma investigação da obra deste importante intelectual, corroborar com a tese do “mapa cognitivo” nos Q tardios.

Dentre os temas que se dedica Gramsci para o estudo da categoria hegemonia, destacam-se a formação dos intelectuais, o princípio educativo e o americanismo e fordismo. Certamente outros temas, que entrecruzam as notas dos Q Especiais e Miscelâneos de sua obra, também carregam afinidades com a categoria hegemonia, o que viabiliza uma análise disposta a conciliar a metáfora maquiaveliana do centauro Quíron, e não obstante a síntese “Príncipe Moderno”, à integralidade da obra gramsciana. Todavia o limite do presente esforço de síntese, considerando dois Q Especiais da obra gramsciana (nº 12 [1932] e nº 22 [1934]), dedica-se à identificação da categoria hegemonia na particularidade dos três temas mencionados.

Destarte, na sequência de um apanhado filológico de ambos os Q Especiais escolhidos, que objetiva apreender não somente o sentido das escolhas, mas também a particularidade de suas respectivas composições e heranças miscelâneas, a intencionalidade do presente estudo é correspondida, ou seja, são analisadas passagens onde a consolidação de processos de hegemonias, a metáfora maquiaveliana do centauro Quíron e ainda a encarnação do “Príncipe Moderno”, podem ser apercebidas.

2 Q ESPECIAL Nº 12: APROXIMAÇÕES FILOLÓGICAS

O Q Especial nº 12, *Appunti e note sparse per un gruppo di saggi sulla storia degli intellettuali* (GRAMSCI, 2017 [1932], Q 12, p. 1513-51), poder ser examinado ao lado dos planos de investigação de Gramsci. Se inicialmente (1927-29) existia prevalência sobre a necessidade de um estudo sobre o tema dos grupos intelectuais – o que pode ser observado em passagens como “[...] uma pesquisa sobre a formação do espírito público na Itália no século passado; em outras palavras, uma pesquisa sobre os intelectuais italianos, suas origens, seus agrupamentos segundo as correntes culturais, seus diversos modos de pensar” (GRAMSCI, 2005 [1927], p. 128); “A história italiana no século XIX, com especial referência à formação e ao desenvolvimento dos grupos intelectuais” (GRAMSCI, 2005 [1929], p. 329) e; “Formação dos grupos intelectuais italianos: desenvolvimento, atitudes” (GRAMSCI, 2017 [1929], Q 1, p. 5) –, num segundo momento (1931-32), ao lado deste tema, também a questão da educação nacional é verificada – “Desenvolvimento dos intelectuais italianos até 1870: diversos períodos” (GRAMSCI, 2017 [1931-32], Q 8, p. 935) passa a ser identificado como primeiro tema de estudo, todavia “A escola e a educação nacional” (GRAMSCI, 2017 [1931-32], Q 8, p. 935), é classificado na oitava posição da lista de temas.

Num terceiro momento, ainda na seção introdutória do Q Miscelâneo nº 8, ambos os temas, formação dos intelectuais e princípio educativo, passam a constituir um único objeto de estudo, sugerindo o que constituiria posteriormente as notas do Q Especial nº 12. Ambos os temas podem aqui ser traduzidos como “Intelectuais. Questões escolares” (GRAMSCI, 2017 [1931-32], Q 8, p. 936): é desta síntese que o Q Especial nº 12 pode ser investigado, cuja capa e página inicial podem ser apercebidas na Imagem 01, bem como suas menções à categoria hegemonia¹⁰.

¹⁰ As citações diretas dos dois últimos parágrafos contêm traduções próprias.



Figura 1 – Fotografia da capa e da página inicial do Q Especial nº 12 (1932).

Fonte: Francioni, Giasi e Paulesu (2019, p. 96-97).

O Q Especial nº 12, apesar de escrito em 1932, constitui-se de cinco § idealizados no Q Miscelâneo nº 4, escrito entre 1930 e 1932: § 49 (*Gli intellettuali*), § 50 (*La scuola unitaria*), § 51 (*Braccio e cervello*), § 55 (*Il principio educativo nella scuola elementare e media*) e § 72 (*Il nuovo intellettuale*). A orientação de sua escrita, considerando o processo de revisão de § originalmente escritos no Q Miscelâneo nº 4, coincide com a ideia de Thomas (2013; 2015; 2020) a respeito da complexificação da metáfora “Príncipe Moderno”: se tal complexificação pode ser observada na transição dos intervalos 1930-32 e pós-maio de 1932 – complexificação que representa a elevação do “Príncipe Moderno” teórico político à manifestação prático-política, sugestiva da consolidação de processos de hegemonia –, também o processo de revisão dos § do Q Miscelâneo nº 4 a partir da síntese Q Especial nº 12 acompanha a encarnação prático-política do “Príncipe Moderno”.

De tal forma o Q Especial nº 12 pode ser entendido como ponto de partida do conceito de hegemonia sobre o conjunto maduro das notas carcerárias de Gramsci. A revisão de seus § com base no Q Miscelâneo nº 4 sugere, ao lado da complexificação da síntese “Príncipe Moderno”, ou seja, da apropriação da obra de Maquiavel por parte de Gramsci como sugere Thomas (2013; 2015; 2020), um amadurecimento do conceito de hegemonia no sentido da orientação e agrupamento, nos planos de investigação de Gramsci, dos temas constitutivos deste caderno: os intelectuais e o princípio educativo.

3 Q ESPECIAL Nº 22: APROXIMAÇÕES FILOLÓGICAS

O Q Especial nº 22, *Americanismo e fordismo* (GRAMSCI, 2017 [1934], Q 22, p. 2139-81), também pode ser examinado nos planos de investigação de Gramsci. Diferentemente da junção entre dois temas, que definem a composição do Q Especial nº 12, o tema do Q Especial nº 22 é declarado ainda no ano de 1929, o que só acontece com os temas do Q Especial nº 12 no biênio 1931-32.

Em fevereiro de 1929, na seção introdutória do Q Miscelâneo nº 1, “*Note e appunti*”, Gramsci (2017 [1929], p. 5) assume o “*Americanismo e fordismo*” (GRAMSCI, 2017 [1929], Q 1, p. 5) como tema de número 11. Em carta endereçada à Tania do dia 24 desse mesmo mês, onde também se observa a segunda referência ao tema dos intelectuais, Gramsci (2005 [1929], p. 329) pondera sobre a importância de três importantes assuntos: o último sob o signo “O americanismo e o fordismo” (GRAMSCI, 2005 [1929], p. 329).

Apesar de o tema americanismo e fordismo, correspondente ao Q Especial nº 22, encontrar forma nos primeiros planos de estudo de Gramsci, e do contrário ambos aqueles do Q Especial nº 12 somente no biênio 1931-32, sua escrita (do Q Especial nº 22) é finalizada em 1934, fato que pode imprecisamente sugerir baixo grau de relevância ao Q Especial nº 22 em relação ao Q Especial nº 12. A inconsistência desta disparidade de importância entre um e outro Q é refutada na constituição de suas próprias notas: tal como o Q Especial nº 12, preliminarmente idealizado das notas que constituem o Q Miscelâneo nº 4, escrito entre 1930 e 1932, o Q Especial nº 22 deriva dos Q Miscelâneos nºs 1 (1929-1930), 3 (1930), 4 (1930-1932) e 9 (1932).

Portanto ao lado do Q Especial nº 12, ainda que preliminarmente idealizado e finalizado por último, o primeiro movimento de escrita das notas miscelâneas que deram origem ao Q Especial nº 22 reporta ao intervalo 1929-30, o que afirma a importância do tema americanismo e fordismo para a obra gramsciana.

Tal fato sugere ainda uma segunda importância, quando posto ao lado da tese de Thomas (2013; 2015; 2020) acerca do amadurecimento da metáfora maquiaveliana do centauro Quíron, ou seja, da complexificação da relação entre consenso e coerção na formação de processos de hegemonia e, não menos importante, da especificidade do

“Príncipe Moderno”. Tal importância se liga à possibilidade de observar o limite desta tese: se o movimento do Q Especial nº 12 é o da formação de uma concepção madura de hegemonia em forma inicial, o do Q Especial nº 22, cuja capa e páginas 34 e 35 – numeradas por Gramsci, como observa Gerratana (2017)¹¹ – podem ser observadas na Imagem 02, é o da identificação dessa concepção madura em formato avançado, próprio das últimas notas de Gramsci em 1932-35.

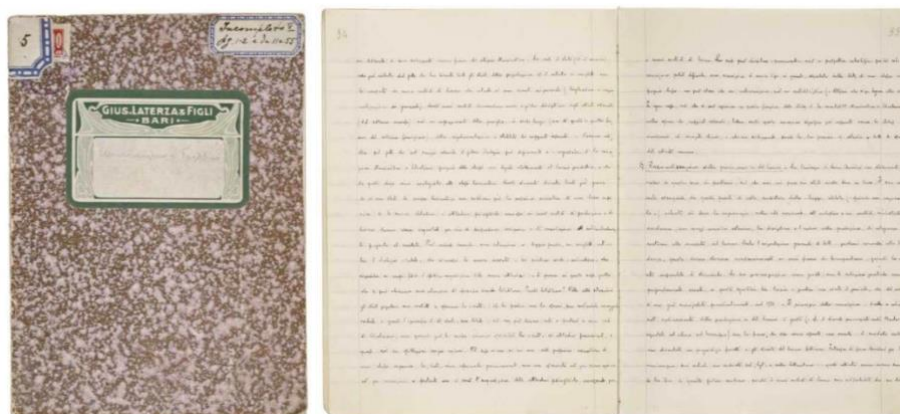


Figura 1 – Fotografia da capa e páginas 34 e 35 do Q Especial nº 22 (1934).
Fonte: Francioni, Giasi e Paulesu (2019, p. 116-117).

Vale reiterar que os 16 § constitutivos do Q Especial nº 22, apesar de finalizados em 1934, foram originalmente escritos em 1929-32, vide Q Miscelâneos nºs 1, 3, 4 e 9. Os títulos dos § que lhes originaram, considerando a possibilidade de secções ou junções de § para a reescrita, são: i) do Q 1 § 61 (*Americanismo*), § 62 (*Questione sessuale*), § 74 (*Stracittà e strapaese*), § 91 (*Strapaese*), § 92 (não intitulado), § 135 (*Americanismo*), § 141 (*Americanismo*), § 143 (*Qualità e quantità*), § 146 (não intitulado) e § 158 (“*Animalità*” e *industrialismo*); ii) do Q 3 § 11 (*Americanismo*) e § 68 (*Americanismo*); iii) do Q 4 § 52 (*Americanismo e fordismo*) e; iv) do Q 9 § 8

¹¹ Gerratana, em texto descritivo acerca de elementos físicos do Q Especial nº 22, esclarece: “Caderno de 48 páginas, numeradas na frente e no verso de 1 a 96. Falta o carimbo carcerário. A numeração é de Gramsci. O caderno é parcialmente utilizado. As páginas 1 e 2 estão escritas, com exceção das últimas onze linhas da página 2; entre as páginas 3 e 10 o caderno se encontra completamente em branco; entre as páginas 11 e 53 o caderno se encontra inteiramente escrito; somente as cinco primeiras linhas da página 54 são utilizadas; entre as páginas 55 e 96 o caderno se encontra completamente em branco [...]” (GERRATANA, 2017, p. 2422).

(*Passato e presente. Azioni e obbligazioni*), § 72 (*Argomenti di cultura. Americanismo e fordismo*) e § 74 (*Argomenti di cultura. Americanismo e fordismo*).

O Q Especial nº 22, por fim, também se caracteriza como importante para uma investigação do conceito de hegemonia em Gramsci. Não só pelo fato de suas notas provirem de distintos Q Miscelâneos escritos em diferentes momentos, o que sugere vislumbre ao amadurecimento desse conceito, ou ainda, na teoria de Thomas (2013; 2015; 2020), à complexificação da metáfora maquiaveliana, mas também pelo fato da integridade desse Q Especial ter sido escrito no ano de 1934. A demarcação desse ano é importante na medida em que sugere, no limite do intervalo 1932-1935, o amadurecimento do conceito de hegemonia e da complexificação da apropriação da obra de Maquiavel por Gramsci.

Cabe considerar que uma análise da categoria hegemonia a partir do Q Especial nº 22, com base no tema americanismo e fordismo, ao lado de uma análise deste conceito a partir do Q Especial nº 12, considerando os temas formação dos grupos intelectuais e princípio educativo, não só possibilita acompanhar um avanço de ordem prática, isto é, no trato e na forma de lidar com essa categoria, derivado do trato e da forma sobre como assimilar a metáfora maquiaveliana a partir da síntese “Príncipe Moderno”, mas também um avanço interno à fase madura, ou seja, apreender o conceito de hegemonia, bem como o sentido da síntese “Príncipe Moderno”, em dois momentos compreendidos dentro do instante em que Thomas (2013; 2015; 2020) considera já ter Gramsci encarnado a atmosfera prático-política do “Príncipe Moderno”, noutros termos conferido sentido prático à categoria hegemonia e, especificamente, a justaposição de sua consolidação aos interesses dos grupos sociais subalternos.

4 Q ESPECIAL Nº 12: ESTUDO DA CATEGORIA HEGEMONIA

Lançando mão de uma pergunta, no § 1 (não intitulado) do Q Especial nº 12, sobre a constituição dos grupos intelectuais, Gramsci (2017 [1932], Q 12, p. 1513) distingue duas formas históricas em que o processo histórico real desses grupos é apreendido: as categorias intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais.

Tal distinção exprime o sentido da categoria hegemonia em Gramsci. Ao apresentar a primeira forma histórica – intelectuais orgânicos – Gramsci (2017 [1932], Q 12, p. 1514) deixa claro como a consciência da função intelectual se relacionada com o cuidado da ação em nível estrutural referente ao campo econômico, bem como em nível superestrutural referente ao campo político.

Esses campos, representativos dos níveis estrutural e superestrutural, são respectivamente ligados aos papéis do consenso e da coerção para a formação de processos hegemônicos. A metáfora maquiaveliana do centauro Quíron pode ser observada na “dupla perspectiva” da ação orgânica dos intelectuais: no papel desta forma histórica de intelectual sobre os aparelhos hegemônicos constitutivos da sociedade civil e na afirmação de interesses emergidos desses aparelhos na sociedade política.

A condução de uma hegemonia está diretamente articulada à manifestação e legitimação de interesses de um grupo social nos campos da sociedade civil e sociedade política: o papel dos intelectuais orgânicos sobre ambos os campos respectivamente representa a articulação de consensos e sua normatização, isto é, sua validade coercitiva.

Ainda sobre a constituição dos grupos intelectuais, no § 1 do Q Especial nº 12, vale apreender como algumas características da forma histórica tradicional destes grupos validam a máxima, por Gramsci (2017 [1932-34], Q 13, p. 1602-13) identificada em outro Q, de que o elemento coercitivo, levado às últimas consequências, isto é, trasvestido de forma imediata e elementar ao ponto de invalidar o elemento consenso, pode imprimir crises de hegemonia.

A autoproclamação da autonomia, uma “ininterrupta continuidade histórica” (GRAMSCI, 2017 [1932], Q 12, p. 1515, tradução própria) das categorias intelectuais tradicionais, privaram-lhes – Gramsci exemplifica a partir dos intelectuais tradicionais eclesiásticos – da reafirmação hegemônica em períodos históricos diversos: períodos em que seu poder foi posto à prova, culminando, no específico caso dos católicos – como evidencia Gramsci em passagens do Q Especial nº 20¹², *Azione Cattolica*, *Cattolici integrali*, *gesuiti*, *modernisti*

¹² Como aparelho hegemônico privilegiado da sociedade civil, que acompanha a transposição de processos de hegemonia – inicialmente concebidos “*rivoluzione permanente*” e posteriormente “*egemonia civile*” (GRAMSCI, 2017 [1932-34], Q 13, p. 1565-67) – característica da formação da estrutura moderna de democracia, a Igreja passa a favorecer as decisões do Estado (em aceção estrita), isto é, tende a agir sobre o consenso dos grupos

(GRAMSCI, 2017 [1934-35], Q 20, p. 2080-103) –, numa aproximação forçada dessas camadas ao elemento consenso, isto é, na conformação dos interesses religiosos sobre o campo da sociedade civil.

Gramsci (2017 [1932], Q 12, p. 1513, tradução própria) admite, sobre a forma histórica orgânica, a existência de especializações das funções intelectuais. Existem intelectuais orgânicos superiores, bem como “empregados especializados”, subjugados aos primeiros: ambos atuam na organização das condições de expansão de alianças, isto é, na consolidação de processos hegemônicos. A conexão desses grupos com os diversos grupos sociais é parte importante na condução desses processos: o que define a dominância de um grupo social é o grau de difusão e de aceitação de seus interesses nos campos da sociedade civil e da sociedade política.

Todo processo hegemônico é representado pela diversidade de especializações das funções de intelectuais orgânicos orientadas aos interesses de um grupo social. É dessa ideia que Gramsci (2017 [1932], Q 12, p. 1517) apresenta o segundo tema de investigação do Q Especial nº 12 – as questões escolares – ao lado do tema das funções intelectuais. Menciona como a organização escolar representa o interesse, assumido pela sociedade moderna, da especialização das camadas orgânicas de intelectuais. Passa a relacionar, assim, o papel escolar à consolidação de hegemonias.

A complexidade da função do intelectual orgânico num Estado (em acepção estrita), numa sociedade etc., é proporcional ao grau de instrução escolar implementado por este Estado, por esta sociedade etc. Se diversos os modelos escolares e curriculares assumidos por um Estado ou sociedade, bem como o número de graus de instrução desses modelos, também diversa se apresenta a função dos intelectuais orgânicos representativos dos grupos dominantes deste Estado ou sociedade. Não obstante, nessa relação, tanto mais forte se posta o papel hegemônico de tais grupos dominantes.

sociais subalternos em acordo ao reconhecimento e à legitimação das decisões da sociedade política. Cf., especificamente § 1 (*L'Azione Cattolica*) e 2 (*L'Azione Cattolica e i terziari francescani*) do Q Especial nº 20 para compreender como Gramsci (2017 [1934-35], Q 20, p. 2081-87) identifica no movimento da Ação Católica uma resposta ao anticatolicismo próprio do século XIX, bem como uma maneira da Igreja reposicionar forças sobre a moderna estrutura democrática europeia que teria passado a exigir articulações profundas entre sociedade civil e sociedade política para a consolidação de processos de hegemonia.

Óbvio, ressalta Gramsci (2017 [1932], Q 12, p. 1517), que somente a quantidade não delimita a complexidade das camadas intelectuais orgânicas de um Estado, sociedade etc.: deve se aliar a ela a qualidade, o refinamento dos graus de instruções destes modelos escolares e curriculares. A articulação entre a quantidade e a qualidade, designativa da multiplicação de graus de instruções escolares e do refinamento desta multiplicação, é expressão da “dupla perspectiva” entre consenso e coerção.

Sobre tal relação dialética Gramsci (2017, Q 12, p. 1517, tradução própria) consente: “A mais apurada especialização técnico-cultural não pode deixar de corresponder à maior extensão possível da difusão do ensino primário e à maior preocupação em favorecer o máximo aos graus intermédios”. Portanto a organização escolar se liga à formação de especialidades da camada de intelectuais orgânicos. As diversas especialidades dessa camada intelectual, formadas na academia, aliam-se ao interesse de um grupo social, de um projeto de sociabilidade e de uma hegemonia.

A capacidade desses intelectuais agirem sobre diversos grupos sociais em defesa de um dado projeto de sociabilidade, é o que lhes tornam orgânicos. Sobre a especialização das funções intelectuais orgânicas existem interesses quantitativos, que asseguram diferentes formações e níveis de instrução ao maior número de indivíduos, bem como interesses qualitativos, que legitimam, com base na burocracia estatal, a diversidade da formação e da instrução. Respectivamente consenso, a partir da garantia das múltiplas funções intelectuais, e coerção, a partir da garantia da normatização desta multiplicidade: complexifica-se assim a camada orgânica de intelectuais em nome de um projeto de sociabilidade e de um processo hegemônico.

Reaparece, o problema da formação de hegemonias, nas considerações deste § 1, quando Gramsci (2017 [1932], Q 12, p. 1518-19) avalia como a relação entre intelectual e mundo da produção é mediada pela superestrutura. Tal relação advém da ação dos intelectuais orgânicos sobre os grupos sociais fundamentais no campo da sociedade civil e, por conseguinte, da representação desta ação no campo da sociedade política.

Denomina, dessa representação, campo superestrutural como uma derivação de dois planos: sociedade civil e sociedade política, isto é, função “hegemônica” (entendida como o saldo da persuasão dos grupos sociais a partir dos diferentes aparelhos hegemônicos) e

função “coercitiva” (compreendida como o comando “jurídico” do Estado, em acepção estrita).

Função “hegemônica” da sociedade civil para a ótica gramsciana, vale distinguir, não condiz com a afirmação de processos de hegemonia, que por sua vez consideram também o papel da sociedade política, isto é, da legitimação da própria função “hegemônica” a partir do Estado em sentido estrito. Função “hegemônica” da sociedade civil compreende, portanto, com base nessa percepção do § 1 do Q Especial nº 12, o papel dos intelectuais orgânicos na constituição e na consolidação de ideologias.

Também no Q Especial nº 12 é apercebida a “dupla perspectiva”, que acompanha a formação de processos hegemônicos, relacionada ao processo educativo. Ainda no § 1 Gramsci (2017 [1932], Q 12, p. 1522-23) indicia essa percepção a partir da função do partido político, aparelho hegemônico constitutivo da sociedade civil, para a formação do intelectual orgânico. A ascensão da formação intelectual, do nível “econômico” ao nível “político”, é mediada pelo partido político.

Dessa ascensão pode ser aproximada a noção de “dupla perspectiva”, como também o limite da autoproclamação da autonomia – próprio dos intelectuais tradicionais – é destituído a partir da relação orgânica estabelecida entre intelectual e grupo social. Por isso Gramsci (2017 [1932], Q 12, p. 1518-19) atribui à especificidade da sociedade civil uma função “hegemônica”: mesmo na esfera em que se estabelecem relações orgânicas entre intelectuais e grupos sociais, pode ser assistida a “dupla perspectiva” que combina os elementos consenso e coerção, constituição e afirmação ideológica e rigorosidade na formação intelectual representativa desta ideologia.

A função educativa do partido político possibilita uma análise sobre a formação de hegemonias para Gramsci (2017 [1932], Q 12, p. 1522-23): tal função perpassa a conciliação entre propaganda, mobilização ideológica dos grupos sociais por meio da ação dos intelectuais orgânicos do partido político, e agitação, normatização da ideologia do partido político, aprendida da constituição das camadas intelectuais e sua defesa dos interesses dos grupos sociais aos quais se relaciona de forma orgânica.

Ao analisar “aspectos diversos da questão dos intelectuais”, no § 1, Gramsci (2017 [1932], Q 12, p. 1530, tradução própria) trata ainda do sentido educativo e sua relação com

a formação de processos hegemônicos. Todavia, não mais orientado pela especificidade do partido político, mas por outros aparelhos hegemônicos, constitutivos da sociedade civil, responsáveis pelo contato de intelectuais orgânicos e grupos sociais.

Gramsci (2017 [1932], Q 12, p. 1530, tradução própria) atribui valor particular às “questões escolares”, ao papel da instituição escolar na formação dos intelectuais e de processos de hegemonia. Quando apresenta a fratura motivada pela complexificação da escola na sociedade moderna, considerando como “[...] cada atividade prática tende a criar uma escola para seus próprios dirigentes especializados e, assim, criar um grupo de intelectuais especialistas, de nível superior, que passam a ensinar nessas escolas” (GRAMSCI, 2017 [1932], Q 12, p. 1530, tradução própria), confere substancialidade ao “humanismo” das escolas clássicas italianas e lança mão da síntese unitária de escola em oposição à profissionalização da escola moderna italiana.

O conceito de hegemonia se identifica tanto com o “humanismo” da escola clássica quanto com a síntese gramsciana da escola unitária. Por outro lado, o movimento de profissionalização, acompanhando o modo de organização da sociedade moderna estudado por Gramsci (2017 [1932], Q 12, p. 1530-31), destitui da categoria hegemonia a capacidade do indivíduo se humanizar, prover-se da cultura humana em sua mais atual conformação. A hegemonia apanhada da fragmentação do organismo escolar e do princípio educativo convém à formação do consenso do tipo passivo sobre os grupos sociais subalternos, do contrário Gramsci (2017 [1932], Q 12, p. 1534) também aposta na previsibilidade de uma hegemonia que se beneficie da gestação de um consenso do tipo ativo e operante sobre estes grupos: tal previsibilidade é assegurada em sua síntese unitária da escola.

O “humanismo” da escola clássica italiana, assumido como uma das chaves de leitura da categoria hegemonia no Q Especial nº 12, é alvo da análise de Gramsci (2017 [1932], Q 12, p. 1540-50) no § 2 (*Osservazioni sulla scuola: per la ricerca del principio educativo*). Sua síntese unitária da escola, contudo, é identificada no limiar do § 1, quando evidenciada a defesa de uma escola única inicial do tipo generalista, humanista e formativa, capacitada à articulação entre trabalho manual (ou profissional/industrial) e intelectual. Gramsci (2017 [1932]) exemplifica, desse pressuposto, como as academias e universidades, destituindo a “[...] lacuna existente entre a alta cultura e a vida, entre os intelectuais e o povo” (Q 12, p. 1532, tradução

própria), seriam instituições de sistematização e organização do trabalho intelectual não desassociadas do trabalho profissional/industrial.

Tais instituições seriam ponto de encontro de universitários e indivíduos vinculados ao trabalho profissional/industrial: inexistiria o não reconhecimento de um destes grupos sobre a especificidade do trabalho do outro, uma vez internalizado como a criação intelectual do universitário carece de sentido se ausente de aplicabilidade do trabalho profissional/industrial e vice-versa. Gramsci (2017 [1932], Q 12, p. 1533) se posiciona em favor da não passividade intelectual dos indivíduos do trabalho profissional/industrial, por isso reconhece na universidade a possibilidade destes indivíduos se formarem e acessarem as mais diversas formas de atividade cultural.

A simbiose entre trabalho profissional/industrial e trabalho intelectual, outra expressão da “dupla perspectiva” concebida por Gramsci (2017 [1932], Q 12, p. 1536-38), expressa a relação dialética entre consenso e coerção para a consolidação de hegemonias. Tal relação fica ainda mais evidente quando aproximada, no § 2, do currículo “humanista” da escola clássica italiana: currículo cuja afirmação, nos anos educacionais primários, é interrompida pela Reforma Gentile e pelo fascismo italiano.

O apreço de Gramsci pela condução da escola primária, antes da Reforma Gentile, merece ser registrado para que a “dupla perspectiva”, e também a categoria hegemonia, sejam verificadas. As noções científicas, menciona Gramsci (2017 [1932], Q 12, p. 1540), responsabilizavam-se pela elaboração de uma filosofia (concepção de mundo) em cada indivíduo singular. As noções de direitos e deveres tratavam das normas de conduta, isto é, da moral. Enquanto as noções científicas afastavam os alunos de filosofias espontaneístas (concepções folclóricas) da realidade, as noções de direitos e deveres os afastavam do individualismo, faziam-lhes refletir sobre o reconhecimento histórico e social.

Complementavam-se ambas as noções: os indivíduos se deparavam com a compreensão, adaptação e domínio das leis naturais e se reconheciam seres humanos históricos e responsáveis pela condução do desenvolvimento coletivo. Vê-se uma nova face da “dupla perspectiva” tributária de hegemonias. A apropriação cultural aliada ao elemento consenso e a socialização da moral à fixação de normas próprias do elemento coerção.

A aposta de Gramsci (2017 [1932], Q 12, p. 1540) é na articulação das noções de direitos e deveres ao domínio da natureza e ao exercício da atividade vital por cada indivíduo singular, isto é, numa moral que considere a socialização das formas de agir sobre a natureza ao passo em que fomenta aos indivíduos a percepção histórica. Em suas próprias palavras: “[...] a lei civil e estatal ordena o homem à maneira histórica mais consistente para o domínio das leis da natureza, isto é, facilita seu trabalho, que é a própria maneira do homem participar ativamente da vida da natureza para transformá-la e socializá-la cada vez mais profunda e extensivamente” (GRAMSCI, 2017 [1932], Q 12, p. 1540-41, tradução própria).

Para Gramsci (2017 [1932], Q 12, p. 1540-50) o problema da organização escolar se liga ao da formação das especialidades dos intelectuais orgânicos. Os intelectuais que emergem do aparelho hegemônico escolar carregam um projeto de sociedade, uma ideologia e interesses de grupo social. A aproximação entre a organização escolar, de currículo “humanista”, e a categoria hegemonia, perpassa a relação do elemento consenso – enxergado nas noções científicas, na apropriação do conhecimento e no enaltecimento de uma concepção de mundo guiada pela ação de intelectuais orgânicos – e o elemento coerção – enxergado nas noções de direitos e deveres, na manifestação legal/jurídica etc. do conhecimento científico e no reconhecimento de uma moral compromissada à socialização desse conhecimento.

Deriva disso a síntese unitária de escola, apresentada por Gramsci (2017 [1932], Q 12, p. 1530) no § 1 e nas conclusões dos § 2 e 3 (não intitulado) do Q Especial nº 12. Quando Gramsci (2017 [1932], Q 12, p. 1547) enfatiza, por exemplo, como a escola clássica italiana era oligárquica no que diz respeito a marca social, mas não no modo de ensino, está encaminhando ideias centrais sobre a síntese unitária da escola, bem como sobre a confecção de um novo projeto hegemônico.

Sua análise de conjuntura da Reforma Gentile, que manifesta a formação de um consenso do tipo passivo com base no fomento da estratificação e hierarquização dos níveis e tipos de escolas, é onde se verifica a crítica da marca social herdada da escola clássica italiana. O ponto mais importante da crítica se liga à ruptura da marca social da escola clássica, mas não do seu modo de ensino, em que a “dupla investida” pode ser verificada na articulação entre noções científicas e noções de direitos e deveres.

A síntese unitária da escola é fração do “mapa cognitivo”, de Thomas (2013; 2015; 2020) a respeito de Gramsci, sobre a evidência da categoria hegemonia ao longo dos Q maduros. Sua repercussão deve se opor, necessariamente, à da Reforma Gentile, sustentada pelos elementos consenso passivo e coerção: criticar a marca social da escola clássica italiana, mas não seu modo de ensino, conduzido a partir de um tipo único de escola preparatória, significa subverter o oligarquismo e a elitização do conhecimento carregado pela antiga moral deste tipo de escola, e em contrapartida socializar o conjunto das objetivações humanas devido a cada indivíduo singular pela condução de uma nova moral. Tem-se evidenciada, da síntese unitária da escola, uma lição sobre a condução de processos de hegemonia.

5 Q ESPECIAL Nº 22: ESTUDO DA CATEGORIA HEGEMONIA

Aspectos sobre a categoria hegemonia, no Q Especial nº 22, são observados desde o § 1 (não intitulado), na apresentação dos problemas que, para Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2139, tradução própria) “[...] devem ser analisados a partir da rubrica geral e um pouco convencional de ‘Americanismo e Fordismo’”. A resolução desses problemas, enumerados abaixo, relaciona-se com a manifestação das contradições da sociedade moderna. Sua origem, por vez, relaciona-se com a necessidade, encontrada pelo projeto burguês de sociabilidade, de frear o desenvolvimento do que Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2139, tradução própria) denominou “economia programática”¹³, logo com o imperativo da reafirmação da hegemonia dos grupos sociais dominantes.

Estudar os problemas elencados por Gramsci (no § 1 e ao longo do Q Especial nº 22) possibilita compreender os “[...] elos da corrente que assinalam a passagem do velho

¹³ Acredita-se que a expressão “economia programática” em Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2139, tradução própria) remete ao plano econômico socialista assumido pela União Soviética (FROSINI, 2017, p. 444-45). Distintas formas de “revolução passiva”, como o americanismo norte-americano e o fascismo italiano, contrapunham-se às respostas encontradas pela Revolução de 1917 para o avanço do projeto socialista de sociabilidade sob o signo “economia programática”. Não por acaso a demarcação dos problemas representativos da rubrica “americanismo e fordismo”, para Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2139-40), possibilitam apreender o movimento estratégico, lançado mão pelos grupos sociais dominantes representantes dos interesses capitalistas, para a conservação do projeto burguês de sociabilidade. A particularidade da categoria hegemonia, quando pensado o conjunto destas estratégias para a conservação dos interesses capitalistas, resume para a presente investigação a importância do destaque sobre o § em questão.

individualismo econômico à economia programática” (GRAMSCI, 2017 [1934], Q 22, p. 2139), como também a oposição do projeto burguês de sociabilidade à “economia programática” em função da reafirmação do seu saldo hegemônico.

Vale observar como ao lado de todos estes problemas a função da reafirmação hegemônica dos grupos sociais dominantes pode ser vista: i) substituição da acumulação e distribuição do capital financeiro, resguardados pela plutocracia, pela “produção industrial”; ii) questão sexual; iii) americanismo como uma “época histórica” do tipo “revolução passiva” ou movimento espontâneo e explosivo do tipo revolução francesa¹⁴; iv) racionalização da demografia europeia; v) origem do americanismo no mundo industrial e produtivo ou na consolidação de uma armadura jurídica formal que garante o desenvolvimento desse mundo?; vi) alto salários pagos pela indústria fordista; vii) fordismo como tentativa de superação da lei tendencial da queda da taxa de lucro; viii) psicanálise, no pós-guerra, como expressão do aumento do elemento coercitivo por parte dos grupos sociais dominantes e; xix) Rotary Club e a Maçonaria (GRAMSCI, 2017 [1934], Q 22, p. 2139-40).

O § 2, *Razionalizzazione della composizione demografica europea*, tem importância para uma reflexão sobre a categoria hegemonia no Q Especial nº 22. Ao investigar a composição demográfica da Europa, especialmente da Itália, em contradição ao movimento de racionalização da composição demográfica da América do Norte no início do século XX, Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2140-47) não só mostra como assume contradições o processo de fixação da hegemonia dos grupos sociais dominantes contra a “economia programática” da experiência soviética, mas também resgata, da especificidade da experiência

¹⁴ Tal contraposição, entre americanismo enquanto signo de uma “revolução passiva” e americanismo como movimento característico de um processo revolucionário do tipo jacobino, representa a própria contraposição entre as teses “*rivoluzione permanente*” e “*egemonia civile*”, aprofundadas por Gramsci na altura do Q 13. Sobre “*rivoluzione permanente*” Gramsci (2017 [1932-1934], Q 13, p. 1565-67) deixa claro ser este um conceito característico do período pós-Revolução Francesa (1789) demarcado pela notória fluidez estatal. Significa dizer que este conceito assinala um período em que os partidos de massa e os grandes sindicatos econômicos inexistiam: um momento em que o Estado (em sentido estrito) pouco havia se desenvolvido e os organismos e instituições que abrangem a sociedade civil tinham maior visibilidade e concentração de poder. A partir de 1870, todavia, o conceito de “*rivoluzione permanente*” caduca em virtude da expansão colonial europeia, das questões internacionais e da complexidade que se depara o aparelho estatal. Fala-se agora em “*egemonia civile*”, pois o Estado sai vitorioso somente se estiver ajustado à estrutura democrática moderna, onde se encontram aliadas as organizações estatais e os organismos da sociedade civil. É importante, no que tange a particularidade dos problemas elencados por Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2139-40), entender o fenômeno do americanismo diante desta classificação.

do americanismo e fordismo nos Estados Unidos da América (EUA), a “dupla perspectiva” responsável pela racionalização demográfica e pela condução da hegemonia burguesa nesse país.

Sobre a primeira aproximação entre o problema investigado nesse §, a composição demográfica e a categoria hegemonia, vale partir da seguinte ideia apresentada por Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2141) no início do Q Especial nº 22: o americanismo e o fordismo requerem uma condição, uma “composição demográfica racional”, que considere a inexistência de classes parasitas, sem funções produtivas. Essa ideia leva Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2141) a identificar contradições no processo de reafirmação da hegemonia burguesa: enxerga como o continente europeu, diferentemente dos EUA, não contava com uma “riqueza natural”, uma vez que ocupado por classes parasitas. Tais classes provinham da fossilização e saturação de camadas intelectuais, de “pessoas estatais”, do clero, da propriedade rural, do comércio de rapina, do exército etc.

As contradições por Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2140-41) apercebidas, influentes ao processo de condução da hegemonia burguesa, tinham forma nas tentativas de introdução do americanismo e do fordismo na Europa: todas essas tentativas, aponta Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2140-41), eram movidas por camadas plutocráticas que contraditoriamente queriam conciliar a velha e anacrônica estrutura social-demográfica europeia com a moderna fórmula fordista da produção e do trabalho.

Dois elementos inconciliáveis, responde Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2141) fazendo alusão ao ditado popular italiano “*la botte piena e la moglie ubriaca*” (“barril cheio e mulher bêbada”), que simboliza a vontade das camadas plutocráticas europeias quererem alcançar todos os bônus sem acumularem ônus.

A Europa não comportava o padrão social-demográfico do fordismo e ainda assim queria incluir seus aspectos para se beneficiar na concorrência do mercado internacional. O exército de parasitas representativo da composição demográfica europeia, beneficiando-se das altas taxas da mais-valia desse continente, debilitava a concorrência no mercado internacional, o que inviabilizava a introdução do fordismo, a contragosto das camadas plutocráticas.

Como, no entanto, o desejo das camadas plutocráticas favoreceria a hegemonia burguesa contra a “economia programática”? A resposta dessa pergunta tem relação com o segundo ponto de aproximação entre o problema do § 2 e a categoria hegemonia: na experiência norte-americana, especificamente na expressão de “dupla perspectiva” dela derivada, o salto sobre a noção de “economia programática” encontraria sentido.

Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2145) destaca como na América do Norte, contrário ao que se verificava em grande parte da Europa, a chamada “riqueza natural” era substituída pela base sólida da indústria e do comércio: o parasitismo inexistia e a produção era baseada na acumulação de capital. Importante destacar que essa particularidade histórica dos EUA era condicionada pela palavra de ordem do fordismo: racionalização da produção e do trabalho.

Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2146-47) constata, desse ponto, como o problema demográfico se aproxima da categoria hegemonia: menciona como a palavra de ordem do fordismo, a racionalização do processo produtivo e do trabalho, toma forma de processo educativo que combina consenso e coerção. A coerção representada pela destituição do sindicalismo e o consenso pelo convencimento ideológico e persuasão dos grupos subalternos. O saldo hegemônico dos grupos sociais dominantes encontrava na experiência norte-americana forte amparo. Não por acaso a “dupla perspectiva” representativa da relação dialética entre consenso e coerção protagoniza essa experiência: inaugurava uma nova forma de reafirmar hegemonias desconhecida até então pelo continente europeu.

Quando Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2147-50) estuda a questão sexual, no § 3 (*Alcuni aspetti della questione sessuale*), continua a refletir sobre as dificuldades encontradas, pelos países europeus, na incorporação da racionalidade da produção e do trabalho baseada no americanismo e no fordismo, portanto trata ainda do esforço dos grupos sociais dominantes sobre a reafirmação da hegemonia burguesa e dissipação da “economia programática”.

Segundo Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2147-48) a questão sexual, particularidade da racionalidade da produção e do trabalho, implicava nos modos de vida, costumes e expressões culturais dos europeus. Apresentando alguns problemas que repercutiam a importância e dificuldade encontradas pelos países da Europa no desenvolvimento de uma regulamentação do fato sexual, Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2149) evidencia como o

progresso da higiene, que implicou na elevação da expectativa de vida, somado ao baixo índice de natalidade, acarretava problemas ao desenvolvimento de um aparelho de produção europeu pleno, vigoroso etc.: as novas gerações acatariam, progressivamente, particularidades estrangeiras em função do alto número de imigrantes. Para Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2149) cada vez mais essas gerações se afastariam dos costumes antigos. As implicações dos modelos estrangeiros sobre as novas gerações, representando a adequação da Europa à racionalidade da produção e do trabalho fordista, têm relevância sobre a reafirmação hegemônica dos grupos sociais dominantes.

A baixa natalidade, identifica Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2149-50), implicaria na atenção da educação da juventude. A vida industrial demandava um processo de “adestramento psicofísico” que, com a queda dos nascimentos, deveria estar entre os temas de um plano de governo. Esse fato refletia na mutação da composição social e política da sociedade europeia, portanto repercutia sobre a reafirmação de hegemônias, sobre o alcance da racionalização da produção e do trabalho, resposta burguesa ao movimento revolucionário soviético.

A contraposição entre novas e velhas gerações, acrescida da imigração, que implicava na importação da racionalidade fordista da produção e do trabalho, bem como ao baixo índice de natalidade, ocasionado também pelo progresso da higiene, tornavam-se todos elementos propícios à recondução da hegemonia burguesa.

O adestramento da juventude assumia posição privilegiada: as reflexões concentradas nas notas do Q Especial nº 12, sobre o princípio educativo como condutor de hegemônias, têm a dizer sobre o papel da escola na formação e orientação de uma nova concepção de mundo e uma nova norma de conduta. A questão sexual significava a imposição, aos quadros da juventude europeia, costumes aliados ao processo, em curso na primeira metade do século passado, de reafirmação da hegemonia burguesa.

A reflexão suscitada pelos § 4 (*Alcune affermazioni sulla quistione di “Stracittà e Strapaese”*) e 5 (sem título) do Q Especial nº 22, reforça a síntese americanismo e fordismo como condição da reafirmação hegemônica dos grupos sociais dominantes na primeira metade do século XX. O debate entre *stracittà* (supercosmopolitismo) e *strapaese* (superegionalismo) no § 4, representa a polêmica entre o conservadorismo parasitário operante na Europa e as

tendências inovadoras, isto é, entre o esforço das camadas plutocráticas na adoção da racionalização da produção e do trabalho e o conservadorismo das classes parasitas europeias. O debate em questão representa a contradição entre o velho e anacrônico (*stracittà*) e o novo e sintético (*strapaese*).

O embate entre o velho e o novo, apreendido por Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2140-50) desde os primeiros § do Q Especial nº 22, carrega o imperativo da reafirmação de quadros hegemônicos. Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2151) apresenta como esse embate influencia a literatura italiana, tornando o papel dos intelectuais literatos deste país um produto da massificação do parasitismo europeu, isto é, manifestando entre eles a defesa do *strapaese* (do conservadorismo, do velho e anacrônico) contra o *stracittà* (do modernismo, do novo e sintético).

O papel dos intelectuais literatos italianos e suas características, adiante enumeradas, para a difusão de hegemonias, define a centralidade dos § 4 e 5 do Q Especial nº 22. i) Depreciação da cidade e exaltação do campo; ii) sobrepujança de “características próprias italianas”, como o fundamento católico, o sentido religioso, a simplicidade, o equilíbrio entre espírito e matéria etc. e; iii) aproximação, no campo filosófico, do *strapaese* ao iluminismo, racionalismo e historicismo (princípios imortais) e do *stracittà* ao voluntarismo, pragmatismo e ativismo (princípios mortais). São três características que demonstram como os intelectuais literatos italianos apoiavam a conservação da hegemonia burguesa com base no parasitismo estrutural da Europa do início do século XX (GRAMSCI, 2017 [1934], Q 22, p. 2151, tradução própria).

No § 5 deste Q Especial Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2152-53) adverte sobre o equívoco reducionista, de ordem filosófica, dos intelectuais literatos italianos com relação ao *strapaese*. Vale-se do americanismo para mencionar como existe diferença entre filosofia “mecanicista” e filosofia “dotada de ação real”, entre “literatura enérgica abstrata” e “literatura enérgica aguda”: diferente da posição dos literatos italianos, onde o americanismo se aproxima das noções filosofia “mecanicista” e “literatura enérgica abstrata”, Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2152, tradução própria) não o considera uma filosofia “ausente de fórmula”, mas dotada de ação real, que modifica essencialmente o homem e sua realidade externa. Acrescenta que as demais filosofias, “ausentes de fórmulas”, são passageiras,

“modificam o gesto exterior e não o interior do homem”, são movidas pela aparência e, portanto, distanciam-se do sentido da ação real.

Para Gramsci a noção de ação real, que desassocia o americanismo da forma filosofia “ausente de fórmula”, torna-se expressão da relação que se estabelece entre concepção de mundo (orientação teórica) e norma de conduta (orientação prática) sobre cada indivíduo singular para a reafirmação de hegemonias. Reconhecer o americanismo como expressão de um quadro hegemônico (desconsiderando a representação dos interesses por ele defendidos), na contramão das críticas dos intelectuais literatos italianos representantes das camadas parasitárias da Europa, é o objetivo dos § 4 e 5.

Os § 11, 12 e 13, respectivamente intitulados *Razionalizzazione della produzione e del lavoro*, *Taylorismo e meccanizzazione del lavoratore* e *Gli alti salari*, compreendem outro conjunto de reflexões do Q Especial nº 22 em que a categoria hegemonia pode ser estudada. Continuam a tratar da racionalização da produção e do trabalho por meio da síntese americanismo e fordismo: ampliando essa questão a partir de temas que suscitam a ideia de “dupla perspectiva”, contudo, os § em questão evidenciam como a racionalização da produção e do trabalho perpassa a relação dos elementos consenso e coerção, elucidativos da categoria hegemonia.

No § 11 Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2164-69, traduções próprias) retrata as “iniciativas puritanas” no trabalho, o proibicionismo do papel da fiscalização e da inspeção da vida dos operários norte-americanos, que garantem a vicissitude do “objetivo americano” (encarnação da própria reafirmação hegemônica burguesa). A expressão “*gorilla ammaestrato*”, de Frederick Taylor, é comentada por Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2165): dessa expressão a primeira referência à “dupla perspectiva” pode ser visualizada no bloco de § em apreciação.

Para Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2165, tradução própria) “amestrar o gorila” significa intervir sobre a consciência do trabalhador, formular um consenso (do tipo passivo) não só capaz de o conformar aos interesses da nova racionalidade da produção e do trabalho, mas, acima de tudo, fazê-lo internalizar o elemento coercitivo que lhe é imposto, sensibilizá-lo ao proibicionismo para que não caia em “*crisi di libertinismo*”.

Apresenta-se aqui a relação dialética, própria da categoria hegemonia, entre cultura (consenso ou ainda educação), vide ação dos aparelhos hegemônicos sobre a confecção do

“novo espírito” coletivo orientado à racionalização da produção e do trabalho, e política (coerção), vide importância assumida pelo proibicionismo na vigilância e na punição daqueles que abdicam desse “novo espírito” coletivo.

Talvez a principal contribuição de Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2165) sobre a expressão taylorista do “*gorilla ammaestrato*” esteja relacionada ao entendimento de que o equilíbrio psicofísico do trabalhador só faz sentido se internalizado pelo próprio trabalhador, associado a um processo pedagógico (representativo do elemento consenso) e não somente imposto de forma radical (alusivo ao elemento coerção). Existiam estratégias para o controle desse equilíbrio psicofísico do trabalhador: uma delas, apreciada no § 13, segunda referência à noção de “dupla perspectiva”, é o alto salário.

Quando Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2171-75, traduções próprias) associa a estratégia do alto salário às realidades norte-americana e europeia, insistindo na tese do “objetivo americano” como resposta à “economia programática”, a “dupla perspectiva” é verificada. Avalia como o desemprego, suscitado pelas indústrias europeias, inviabilizava a estratégia do alto salário para a captura do consenso do trabalhador: esse fato, constata Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2171), fez com que na Europa o elemento coerção secundarizasse o elemento consenso, ocasionando no colapso psicofísico dos trabalhadores. Outra vez a relação dialética entre os elementos consenso e coerção, na consolidação de processos hegemônicos, torna-se alvo de reflexão: a sobreposição de um desses elementos sobre outro pode ocasionar crises diversas.

Ao lado dos temas expressão taylorista do “*gorilla ammaestrato*” e estratégia dos altos salários, o § 12 carrega também importância para o estudo da categoria hegemonia no Q Especial nº 22. Nele Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2169-71) resgata a interpretação taylorista do processo de divisão manual e intelectual do trabalho, bem como indicia uma possível contravenção à reafirmação hegemônica burguesa, complementada pelo § 15, *Civiltà americana ed europea* (adiante investigado).

Para Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2170) essa divisão pode ser notada em profissões que exigem alto grau de adaptação mecânica, como a reprodução e publicação de escritos (ofício do copista antes do surgimento da imprensa): evidencia como o grau de qualidade desse tipo de profissão induz a sobreposição do trabalho manual ao trabalho intelectual.

Exemplifica como é fundamental para o copista deixar de refletir sobre o conteúdo intelectual em reprodução: do seu desinteresse intelectual é mensurada a sua eficiência profissional. Não deixa de acrescentar sobre o esforço desses profissionais na superação, por incorporação, do mecanicismo.

No § 12 Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2170-71, traduções próprias) resgata o princípio educativo por meio da noção de formação de um “novo espírito” coletivo (ou constituição do elemento consenso): trata-se de incorporar o mecanicismo, num primeiro momento denominado “processo ou crise de adaptação”, e o automatizar a partir de sua vinculação a esforço intelectual, para em seguida superá-lo por incorporação. Para isso é necessário que o operário entenda sua condição de filósofo e reflita sobre o sentido do seu trabalho: reconheça como a expressão “*gorilla ammaestrato*” o torna conformista de uma concepção de mundo desagregada, ocasional e bizarra, bem como o impede de se conformar a uma outra concepção de mundo crítica e coerente.

A superação do mecanicismo está relacionada ao reconhecimento da identidade filosófica de cada indivíduo singular, portanto com a condução do elemento consenso, a partir da afirmação de uma concepção de mundo orientada ao enfrentamento do projeto burguês de sociabilidade, bem como com o esforço físico alusivo ao elemento coerção, que engloba a superação por incorporação do mecanicismo, da divisão manual e intelectual do trabalho e da racionalidade da produção e do trabalho (ou tão-somente da recondução da hegemonia burguesa).

A contravenção à reafirmação da hegemonia burguesa, assumida pelo tema da divisão manual e intelectual do trabalho, é retomada no § 15. Tal § toma forma de manifesto onde Gramsci apresenta, em réplica aos literatos críticos da possibilidade de uma “nova cultura” baseada na racionalidade da produção e do trabalho invadir a Europa, o verdadeiro problema da síntese “americanismo e fordismo”. Para ele tanto mais urgente que apreender a previsibilidade de o americanismo possuir forças para ser introduzido em solo europeu, é observar o comprometimento da estrutura econômico-social desse continente diante de tal ofensiva, “que a longo prazo [...] levará a uma transformação da forma de civilização existente e ao nascimento forçado de uma nova civilização” (GRAMSCI, 2017 [1934], Q 22, p. 2179, tradução própria).

Preocupa-se com a transformação da civilização europeia, a partir da ameaça americana, porque acredita na organização de uma “nova ordem”, conduzida pelos grupos sociais subalternos europeus, que realize uma análise de conjuntura da realidade norte-americana, supere-a por incorporação e não simplesmente se apoiem nela para a elaboração de uma “nova cultura”. Evidencia-se, assim, o enfrentamento à condução do processo hegemônico burguês levado à cabo por Gramsci (2017 [1934], Q 22, p. 2179, tradução própria): a síntese “americanismo e fordismo” representa a crise das classes tradicionais europeias diante do temor da dissolução da hegemonia burguesa instaurada ao seu tempo naquele continente. Sua aposta, evidenciada no § 15, é a de que a organização de uma “nova ordem” não depende dessas classes, mas dos grupos sociais subalternos.

De tal ponto de vista é se entende a importância do estudo, observada por Gramsci, sobre a racionalidade da produção e do trabalho do americanismo e do fordismo: trata-se de investigar as características positivas dessa síntese, relacionadas à condução de processos hegemônicos, e superá-las por incorporação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim ao cabo se observa como a partir de diferentes objetos de investigação, assumidos pelos distintos Q Especiais estudados, podem ser estabelecidos nexos com categoria hegemonia. A tese de Thomas (2013; 2015; 2020) a respeito da viabilidade de um “mapa cognitivo” dessa categoria nos Q maduros, escritos após maio de 1932, merece ser reafirmada: ao lado dessa tese são incrementadas as ideias de complexificação da metáfora maquiaveliana do centauro Quíron e de amadurecimento da síntese “Príncipe Moderno”. Ambas, metáfora e síntese, repercutem sobre a condução da categoria hegemonia ao longo dos Q maduros.

Por isso investigar o movimento de complexificação da metáfora maquiaveliana significa apreender o entrecruzamento dos “gêneros de combate” leis e força (consenso e coerção) nos distintos § desses Q, bem como observar o amadurecimento da síntese “Príncipe Moderno” significa observar como a condução de um processo hegemônico

orientado aos interesses subalternos passa a ganhar, progressivamente, uma atmosfera prático-política.

Considerando a tarefa assumida na seção introdutória deste arrazoado, sobre a repercussão da categoria hegemonia nos Q Especiais n^{os} 12 e 22, respectivamente escritos nos anos 1932 e 1934 e, por isso, representativos dos dois extremos opostos do intervalo dos escritos maduros de Gramsci, vale notar que em relação à complexificação da metáfora maquiaveliana do centauro Quíron, ambos os Q exploram, em diversos aspectos, a importância da relação dialética dos elementos consenso e coerção para a condução de processos hegemônicos.

O Q Especial n^o 12 além de compreender o sentido dessa metáfora na ação de diferentes formas históricas de intelectuais, notando como a particularidade dessas formas distribuem diferentes doses de elementos consenso e coerção para a consolidação de hegemonias, também o relaciona à síntese unitária da escola, destacando a importância deste aparelho hegemônico se ater à formação intelectual, por meio da apropriação cultural, e também moral, por meio de uma norma de conduta que fomente a socialização desses elementos culturais, a cada indivíduo singular.

Já o Q Especial n^o 22 relaciona o sentido dessa metáfora à particularidade histórica da reafirmação da hegemonia burguesa, por meio da síntese “americanismo e fordismo”, durante a primeira metade do século XX: Gramsci não deixa, no entanto, de estender esse sentido à forma como duas diferentes realidades, norte-americana e europeia, respondiam à síntese “americanismo e fordismo”, considerando a distinta aplicação de doses de consenso e coerção sobre cada uma e, a partir disso, resgatando muito daquela reflexão sobre o contrassenso das camadas tradicionais intelectuais administrarem elevadas doses do elemento coerção em detrimento do elemento consenso. A racionalidade fordista da produção e do trabalho também carrega o sentido da metáfora maquiaveliana do centauro Quíron: é possível notar semelhança entre a essa ideia e aquela sustentada no Q Especial n^o 12 acerca da imprescindibilidade da formação intelectual e moral na condução de processos hegemônicos.

Em relação ao amadurecimento da síntese “Príncipe Moderno” é possível notar que em ambos os Q Gramsci se debruça com uma análise sobre como a hegemonia burguesa

tem conduzido processos de reafirmação, e não obstante procura evidenciar uma resposta, enaltecida da formação de novos quadros hegemônicos conduzidos pelos interesses dos grupos sociais subalternos, à reafirmação desses processos. Se no Q Especial nº 12 a síntese unitária da escola sistematiza a condução de um processo de contravenção à Reforma Gentile, no Q Especial nº 22 a resposta à crise das camadas conservadoras da Europa evidenciada no § 15 e o entendimento de que a síntese “americanismo e fordismo” deve ser superada, por incorporação, pela ação das classes subalternas, notabiliza um processo de contravenção ao “objetivo americano”.

Referências

- COSPITO, Giuseppe. Hegemonia. *In*: LIGUORI, Guido, VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano**: (1926-1937). São Paulo: Boitempo, 2017. *E-book*. p. 722-728.
- FILIPPINI, Michele. Crise de autoridade. *In*: LIGUORI, Guido, VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano**: (1926-1937). São Paulo: Boitempo, 2017. *E-book*. p. 314-316.
- FRANCIONI, Gianni; GIASI, Francesco; PAULESU, Luca. **Gramsci**: I quaderni del carcere e le riviste ritrovate. Associazioni MetaMorfosi; Fondazione Gramsci: Roma, 2019.
- FROSINI, Fabio. Economia programática. *In*: LIGUORI, Guido, VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano**: (1926-1937). São Paulo: Boitempo, 2017. *E-book*. p. 444-445.
- GERRATANA, Valentino. **Quaderno 22 (V)**: 1934. *In*: GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. 4 vols. 9. ed. Torino: Einaudi, 2017. p. 2422.
- GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere**: 1926-1930. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 478 p.
- GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. 4 vols. 9. ed. Torino: Einaudi, 2017. 3370 p.
- IZZO, Francesca. Il moderno principe. *In*: IZZO, Francesca. **Il moderno principe di Gramsci**: cosmopolitismo e Stato nazionale nei Quaderni del carcere. Roma: Carocci Editore, 2021. p. 175-209.
- LIGUORI, Guido. Aparelho hegemônico. *In*: LIGUORI, Guido, VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano**: (1926-1937). São Paulo: Boitempo, 2017. *E-book*. p. 75-78.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 182 p.

THOMAS, Peter. Hegemony, passive revolution and the modern Prince. **Thesis Eleven**, v. 117, n. 1, p. 20-39, 2013.

THOMAS, Peter. Gramsci's Machiavellian metaphor: restaging The Prince. *In*: DEL LUCCHESI, Filippo; FROSINI, Fabio; MORFINO, Vittorio. (Orgs.). **The radical Machiavelli: politics, philosophy and language**. v. 1. Boston: Brill, 2015. p. 440-455.

THOMAS, Peter. Toward the Modern Prince. *In*: DAINOTTO, Roberto Maria; JAMERSON, Fredric. (Orgs.). **Gramsci in the world**. Durham: Duke University Press, 2020. p. 17-37.

Recebido em: 30 de dezembro de 2022

Aceito em: 3 de janeiro de 2022

Publicado online em: 3 de janeiro de 2022